

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH
Departamento de História

**Literatura, arte e militância comunista:
a rede de sociabilidade intelectual de Graciliano Ramos e o PCB
(1930-1953)**

Pedro de Castro Lüscher

Belo Horizonte
2012

Pedro de Castro Lüscher

**Literatura, arte e militância comunista:
a rede de sociabilidade intelectual de Graciliano Ramos e o PCB
(1930-1953)**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em História e Culturas Políticas.

Linha de pesquisa: História e Culturas Políticas

Orientadora: Prof.^a Adriane Vidal Costa

Belo Horizonte
2012

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH
Departamento de História

**Literatura, arte e militância comunista:
a rede de sociabilidade intelectual de Graciliano Ramos e o PCB
(1930-1953)**

Comissão Examinadora

Prof.^a Dr.^a Adriane Vidal Costa

Prof.^a Dr.^a Miriam Hermeto de Sá Motta

Prof. Ms. Luiz Duarte Haele Arnaut

Belo Horizonte
2012

- RESUMO

A finalidade deste trabalho é apresentar as bases de uma reflexão que será desenvolvida em uma pesquisa de mestrado. Para tanto, procurou-se investigar as imbricações entre criação artística/literária e comprometimento militante, de tal maneira, que fosse possível esboçar um panorama das relações estabelecidas entre o PCB e a intelectualidade, no período inscrito entre as décadas de 1930 e 1950. O período estudado representa um momento de renovação estética, atrelada a uma temática social que dialogava com a cultura política comunista da época, expressa através das diretrizes programáticas do partido. Em um segundo momento, foram analisadas algumas correspondências do escritor Graciliano Ramos neste período, no intuito de traçar a rede de sociabilidade intelectual da qual ele fazia parte e perceber a influência da cultura política comunista nesta rede.

Palavras-chave: Graciliano Ramos; Intelectuais; Cultura Política Comunista; PCB; Documentação Epistolar.

▪ AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à minha orientadora, Adriane Vidal, que me acolheu e me apoiou nesta jornada. Percorrer este caminho teria sido muito mais difícil sem o seu suporte e orientação. No começo do ano passado, quando me matriculei no curso de especialização, possuía apenas um vislumbre do que gostaria de estudar: Graciliano Ramos. O ano de 2011 representou o período de construção de um projeto e, graças às suas aulas, às incontáveis conversas e sugestões, foi possível desenvolver a proposta de pesquisa que me permitiu ingressar no mestrado em História e Culturas Políticas da UFMG.

Agradeço também aos professores e colegas do curso de especialização. Este foi um ano intenso, de muita aprendizagem e crescimento. Registro também minha gratidão aos companheiros do Grupo de Estudo e Trabalho em História e Linguagem – GETHL e da pesquisa “Dimensões culturais e políticas do exílio”, que contribuíram decisivamente para a elaboração deste trabalho. Muito obrigado, especialmente ao Luiz Arnaut, Renata Moreira, Olivia Gutierrez e Natally Vieira, sempre dispostos ao diálogo e à sugestão de bibliografia.

Aos meus amigos, que estiveram sempre ao meu lado independentemente da distância física, em especial, à Marcella Miranda, Lucas Carvalho, Lilian Diniz e Rony Oliveira e à minha família que sempre torceu por mim. Por fim, nenhuma palavra seria suficiente para agradecer à minha mãe, Rosalie, sem seu carinho e apoio isso tudo não seria possível.

▪ SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	04
CAPÍTULO I: O PCB, os intelectuais e a cultura no Brasil	17
CAPÍTULO II: A política e as cartas de Graciliano Ramos	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS	43

INTRODUÇÃO

O objetivo central deste trabalho é iniciar uma reflexão acerca dos itinerários políticos de Graciliano Ramos perpassados pela cultura política comunista, bem como identificar as manifestações desta cultura em suas criações artísticas. Esta análise pretende também investigar a formação de uma rede de sociabilidade intelectual envolvendo, além do escritor alagoano, intelectuais como Rachel de Queiroz, Jorge Amado, Nelson Werneck Sodré e Cândido Portinari. Dessa forma, intenciona-se com este estudo compreender a participa o e o comprometimento militante dessa *intelligentsia*¹ com as diretrizes políticas e culturais do Partido Comunista do Brasil – PCB².

Para este trabalho será adotado um recorte cronológico compreendido entre os anos de 1930 e 1953. O marco inicial da periodiza o, o ano de 1930,   importante, pois, representa o momento em que, segundo Dênis de Moraes (1992), os círculos intelectuais da Capital Federal, Rio de Janeiro, tomaram conhecimento do autor alagoano. Estes círculos giravam principalmente em torno da Editora Schimidt, responsável por lançar, além de Graciliano Ramos, autores como Jorge Amado, Marques Rebelo e Rachel de Queiroz. Mas, também,   a data em que Graciliano Ramos muda-se para Maceió ao ser indicado para o cargo de diretor da Imprensa Oficial de Alagoas. Nesta ocasião, aproxima-se de intelectuais como José Lins do Rego, Alberto Passos Guimarães e Santa Rosa.

¹ A princípio, entende-se por *intelligentsia* um conjunto de intelectuais que compartilham uma “visão de mundo” e adotam um claro posicionamento político, com propostas de renova o estética e de transforma o social.

² Foi fundado em 1922 com a denomina o de Partido Comunista do Brasil, conhecido pela sigla PCB. Mudou de nome em 1961 para Partido Comunista Brasileiro, numa tentativa de adequar-se   legisla o nacional para ser legalizado, o que não conseguiu na época. O antigo nome foi retomado pela dissidência que, em 1962, fundou aquele que ficou conhecido como PCdoB, existente até hoje, que reivindica a origem histórica em 1922.

O limite final da periodização foi estipulado em função do falecimento precoce do autor em 20 de março de 1953, aos sessenta anos de idade. Este marco justifica-se em virtude de que, neste momento, Graciliano Ramos ainda estava em plena atividade intelectual e política, fato que pode ser percebido nas correspondências do autor. Esta escolha também está condicionada ao fato de que entre o final da década de 1940 à primeira metade dos anos 50, o PCB perdeu muito da influência e inserção social que tivera no período imediatamente anterior, tanto pela condição de ilegalidade, imposta em 1948, mas embasada na Constituição de 1946, quanto pela nova política adotada, considerada extremamente esquerdista e sectária.

Por outro lado, para a compreensão do engajamento e da trajetória política desses intelectuais, deve-se considerar também que este recorte compreende momentos importantes da produção intelectual deste grupo. As afinidades afetivas e ideológicas, a notoriedade intelectual, a diversidade de ofícios e as circunstâncias de aproximação determinaram a escolha desses intelectuais. Mas, vale ressaltar, no entanto, que estes fatores se processaram de forma diferenciada na vida destes intelectuais. Uma vez que eles experimentaram, em vida, graus diferentes de reconhecimento de suas obras, graus diferentes de envolvimento partidário e tiveram suas produções literárias e artísticas, também de forma diferenciada, marcadas pelas linhas diretrizes comunistas. Os paralelos possíveis em suas trajetórias de vida, no entanto, sugeriram percursos interessantes de pesquisa, permitindo que experiências comuns desses intelectuais fossem investigadas.

Graciliano Ramos, por exemplo, tem toda a sua principal produção literária publicada neste período. Este recorte abrange desde o lançamento de seu primeiro livro, *Caetés*, em 1933, até seu falecimento precoce, em 20 de março de 1953, aos sessenta anos de idade. Além dos romances publicados em vida, duas publicações póstumas, também contidas neste recorte, são fundamentais para a compreensão e desenvolvimento deste estudo, *Memórias do Cárcere*

e *Viagem*, publicadas em 1953 e 1954, respectivamente. Tais obras, ambas de feição autobiográfica insinuam detalhes fundamentais de dois momentos importantes na vida do autor. O primeiro livro narra o período em que ficou preso em 1936, acusado de comunismo e o outro relata a viagem feita pelo autor, em 1952, à URSS. Dois momentos distintos da vida do escritor, porém, essenciais para representar sua trajetória de envolvimento com a cultura política comunista.³

Para Rachel de Queiroz este período também foi marcante, pois corresponde à época de maior prestígio intelectual da escritora cearense. Em 1930, com apenas 19 anos, ela publicou seu primeiro romance, *O quinze*. O livro foi bem recebido pela crítica especializada do Rio de Janeiro e de São Paulo, o que a projetou na vida literária do país, sob a bandeira do romance de fundo social, profundamente realista ao expor a luta secular de um povo contra a miséria e a seca. Tanto é que, em 1931, ela recebeu o prêmio na categoria romance da Fundação Graça Aranha, mantida pelo escritor, no Rio de Janeiro. Nesta ocasião ela teve contato com integrantes do Partido Comunista. Ao retornar para Fortaleza ela ajudou a implantar uma célula do partido no Ceará. Porém, no ano seguinte, antes da publicação do seu segundo romance, *João Miguel*, a escritora foi informada que deveria submetê-lo a um comitê do Partido Comunista. Algumas semanas depois de entregar os originais, Rachel de Queiroz foi convocada para uma reunião no Rio de Janeiro, onde foi avisada de que seu livro não havia sido aprovado pelo PCB, porque nele um operário assassinava outro. A escritora fingiu concordar, pegou os originais de volta, mas depois negou-se a modificá-los. Era o seu rompimento com o partido. Após a publicação do livro ela se mudou para São Paulo, onde se aproximou do grupo trotskista. Em 1937, foi editado seu terceiro romance, *Caminhos de*

³ Sobre o autor ver: MORAES, Denis. *O velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: José Olimpyo, 1992.

pedras, mas, devido à censura imposta pelo Estado Novo, exemplares de seus livros foram queimados por ordem da Sexta Região Militar de Salvador, juntamente com os de Jorge Amado, José Lins do Rego e Graciliano Ramos, sob a acusação de serem subversivos. Por força de sua militância política, ficou detida por três meses em Fortaleza. Entretanto, em 1940, após a notícia do assassinato de Trótski, afastou-se da esquerda. Mesmo assim, até os anos 1950, ela continuou gozando de prestígio entre os intelectuais. Vários fatores são alegados para explicar a perda desta admiração. Um deles está associado a que, após a publicação de *As três Marias*, em 1939, e o folhetim *O galo de Ouro* na revista *O Cruzeiro*, em 1950, a escritora só retorna ao gênero romance com o lançamento de *Dôra, Doralina*, em 1975. Mas o principal motivo está atrelado ao fato de que, depois de “conspirar”, segundo suas palavras, contra o governo Jango e apoiar o golpe civil-militar de 1964, ela deixou de contar com a simpatia dos intelectuais.⁴

Da mesma forma, para Jorge Amado, este período abarca o que se convencionou chamar de primeira fase de sua obra ficcional, que vai da publicação de seu primeiro livro, em 1931, *O país do Carnaval*, até 1954 quando a trilogia *Os Subterrâneos da Liberdade* é editada e marca o encerramento dessa fase, acentuadamente ditada pelo programa jdanovista⁵. Jorge Amado foi um dos romancistas fundamentais para a divulgação deste programa na cultura brasileira, através de personagens que ficaram conhecidas como representações de tipos sociais brasileiros - coronéis, jagunços, prostitutas, vagabundos, amantes, gente do povo. Em 1932, quando dividia um apartamento no Rio de Janeiro com o poeta Raul Bopp, conheceu Rachel de Queiroz, responsável por aproximá-lo dos comunistas. Jorge Amado foi um dos

⁴ Sobre a escritora ver: CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA. São Paulo: Instituto Moreira Sales, 1996-. n° 3, mar. 2007.

⁵ O realismo socialista de Jdanov envolvia uma arte inteiramente comprometida com a propaganda ideológica do Partido Comunista e da URSS, pedagógica, com a construção de heróis positivos e a exaltação de feitos revolucionários, em contraste com a cultura burguesa decadente e pessimista, expressa no formalismo, por exemplo.

intelectuais comunistas mais ativos nesse período, tendo publicado diversos livros e escrito incansavelmente para diversas publicações do PCB. Trabalhou e dirigiu também vários jornais ligados ou não ao partido. Foi diversas vezes preso: em 1936, por causa da “Intentona Comunista”; em 1937, devido ao golpe de Vargas; em 1942, por perseguição política e novamente em 1945, juntamente com Caio Prado Jr., em decorrência de uma manifestação pública contra o Estado Novo. O escritor baiano também candidatou-se a Deputado Federal pelo PCB nas eleições de 1946 e venceu, porém, após ter seu mandato cassado em 1948 e seus livros, mais uma vez, considerados subversivos, se auto-exilou em Paris. Entretanto, em 1950 ele e sua família são expulsos pelo governo francês⁶ e mudam-se para a Tchecoslováquia, onde vivem até 1952, quando retornam ao Brasil. A mudança de direcionamento da escrita de Jorge Amado é associada ao XX Congresso da IC e à divulgação do relatório Krushev⁷, que culminou no afastamento da militância do autor no PCB, em 1957.⁸

Nelson Werneck Sodré, por sua vez, publicou seu primeiro livro em 1938, *História da literatura brasileira*, uma análise das questões literárias a partir das relações de propriedade e dos conflitos sociais. O historiador pretendia romper com uma história da literatura composta apenas por homens e obras sem relação com as condições mais abrangentes, principalmente os aspectos sócio-econômicos. Este livro abre o que se convencionou chamar de primeira fase de sua obra, que se estende até 1945. Neste período Nelson Werneck Sodré publica praticamente um livro por ano e se torna conhecido nos meios intelectuais, tornando-se amigo de Graciliano Ramos, Jorge Amado, José Lins do Rego, Sérgio Buarque de Holanda e Caio

⁶ Neste período a França vivia sob a Quarta República (1946-1958), que havia substituído o governo provisório de Charles de Gaulle. Esta época representou um momento tanto de reconstrução pós-Segunda Guerra Mundial, quanto de instabilidade política interna, em decorrência das guerras do processo de descolonização africana.

⁷ O relatório Krushev denunciou a política stalinista, expondo os crimes do governante, fato que causou imenso impacto nos partidos e militância comunistas mundiais.

⁸ Sobre Jorge Amado ver: CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA. São Paulo: Instituto Moreira Sales, 1996-. n° 4, set. 2007.

Prado Jr., entre outros. Sodré, que em 1935 tinha apenas notícia da “Intentona Comunista” e em 1937 assistira de longe à implantação do Estado Novo, passou, já no início dos anos 1940, a integrar os quadros do PCB. Entretanto, após a publicação de *Formação da Sociedade Brasileira*, em 1944, e *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, de 1945, o autor interrompe sua produção de livros e passa a se dedicar somente ao estudo. Nesta fase, entre 1948 e 1950, o autor também ministra a disciplina de história militar na Escola de Estado Maior. Em 1950, Nelson Werneck Sodré passa a integrar a diretoria do Clube Militar e, na busca de uma intervenção mais efetiva na luta para resolver os problemas brasileiros, o autor organiza debates sobre a campanha pela exploração nacional do petróleo e a industrialização brasileira. Mas, após as eleições presidenciais que levaram ao retorno de Getúlio Vargas, seu grupo é demitido do comando do Clube Militar e o autor é transferido para o Rio Grande do Sul e só voltará a escrever em 1955, quando começa a lecionar no Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB, um órgão de estudos avançados subordinado ao Ministério da Educação e Cultura. Nelson Werneck Sodré examinou o passado brasileiro e participou ativamente de seu tempo, tanto como escritor quanto como professor, seja como dirigente do Clube Militar, ou como intelectual marxista de grande influência no debate programático do PCB nas décadas de 1950 e 1960.⁹

Para Cândido Portinari, o ano de 1931 marca seu retorno ao Brasil, após uma estadia de estudos de quase dois anos em Paris. Esta data também representa o momento em que o pintor passa a retratar em suas telas o povo brasileiro, superando aos poucos sua formação acadêmica e fundindo à ciência antiga da pintura, uma personalidade moderna e

⁹ Sobre o historiador ver: GRESPAN, Jorge Luís da Silva. Nelson Werneck Sodré, intelectual engajado. In: FERREIRA, Jorge. e REIS, Daniel Aarão. (org.) *A formação das tradições (1889-1945)*. (As esquerdas no Brasil; v.2) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.195-236 e REIS, José Carlos. Anos 1950: Nelson Werneck Sodré. In: _____. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 9. ed. ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 145-172.

experimentalista. Companheiro de poetas, escritores, jornalistas, diplomatas, Portinari participa de uma notável mudança na atitude estética e na cultura do país. Aos poucos, sua inclinação muralista revelou-se com vigor nos painéis executados para o Monumento Rodoviário, na Via Presidente Dutra, em 1936, e nos afrescos do recém construído edifício do Ministério da Educação e Saúde, no Rio de Janeiro, realizados entre 1936 e 1944. Estes trabalhos, como conjunto e como concepção artística, representaram um marco na evolução da arte de Portinari, afirmando a opção pela temática social, que será o fio condutor de toda a sua obra a partir de então. Em 1944, a convite do arquiteto Oscar Niemeyer, iniciou as obras de decoração do conjunto arquitetônico da Pampulha em Belo Horizonte. A escalada do nazifascismo e os horrores da guerra reforçaram o caráter social e trágico de sua obra, levando-o à produção das séries *Retirantes* (1944) e *Meninos de Brodósqui* (1946), assim como à militância política. O pintor também filiou-se ao PCB e foi candidato a deputado em 1946, e a senador em 1947. Porém, por motivos políticos, assim como Jorge Amado, em 1948, se auto-exilou no Uruguai, onde pintou o painel *A Primeira Missa no Brasil*. O final da década de quarenta assinala na obra do artista o início da exploração dos temas históricos através da afirmação do muralismo, cujo maior expoente era o muralismo mexicano, representado por Diego Rivera e David Siqueiros, ambos de esquerda. Porém, em 1954, Portinari tem os primeiros sintomas da intoxicação por causa da tintas que utilizava e que lhe será fatal. Em 1961 o pintor sofreu diversas recaídas da doença e veio a falecer em 6 de fevereiro de 1962.¹⁰

Pretende-se assim identificar a importância do PCB em um período de efervescência intelectual e cultural do Brasil e, dessa forma, acredita-se que será possível evidenciar a dinâmica das posições do partido em questões de diferentes ordens, associadas à conjuntura nacional. O recorte cronológico pretendido para este trabalho abrange momentos importantes

¹⁰ FABRIS, Annateresa. *Cândido Portinari*. Coleção Artistas Brasileiros, volume 4, São Paulo: Edusp, 1996. e Projeto Portinari: http://www.portinari.org.br/ppsite/ppacervo/s_biogra.htm

da história política brasileira. A “Revolução de 1930” e seu desdobrar na Era Vargas até 1945, os governos Dutra (1946-1950) e novamente Getúlio Vargas (1951-1954) impactaram de forma direta nos rumos do partido e na vida destes intelectuais. Porém, este recorte também inclui momentos marcantes da história internacional, tais como a ascensão/fortalecimento do nazi-fascismo, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e posteriormente a Guerra Fria que se estendeu até 1991 e o Stalinismo (1927-1953), os quais, em suas medidas, também influenciaram nas decisões políticas do partido e refletiram nas trajetórias desses indivíduos.

Para este trabalho, entende-se que será necessário mobilizar o conceito de culturas políticas, que pode ser definido como um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro.”¹¹ Porém, um dos principais aspectos do conceito de culturas políticas está assentado no fato de que o conceito ainda está em construção e, por isso mesmo, não há consenso em relação à teorização do termo. Assim, na tentativa de compreender as diferentes acepções do conceito de culturas políticas, os estudos de Rodrigo Patto Sá Motta¹² e Eliana R. de Freitas Dutra¹³ procuram distinguir duas destacadas vertentes interpretativas para culturas políticas. Estas vertentes são representadas, por um lado, pelos trabalhos dos norte-americanos Gabriel Almond e Sidney Verba, principalmente no livro *The Civic Culture*, e, por outro, pelos trabalhos do francês Serge Berstein que se apropria e

¹¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: _____ (org.) *Culturas Políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009. p.21

¹² Idem. *Ibidem*.

¹³ DUTRA, Eliana. História e Culturas Políticas: definições, usos e genealogia. *Vária História*, Belo Horizonte, n. 28, p. 13-28, 2001.

desenvolve a ideia de cultura política como um “sistema de representações portadoras de normas e valores que constituíram a identidade de grandes famílias políticas”¹⁴.

Enquanto Almond e Verba foram influenciados pelas pesquisas da sociologia e, principalmente, da psicologia, Berstein teve sua maior fonte de inspiração na antropologia, da qual o conceito de cultura foi retirado. A interpretação norte-americana busca entender a influência de valores, sentimentos e tradições para a compreensão das ações políticas. Acreditando que o condicionamento ambiental e psicológico modelaria as crenças, os valores e as opiniões políticas, esses autores definiram como seu objeto de análise o comportamento e as crenças políticas dos indivíduos e dos grupos sociais. Desta forma buscaram explicar o funcionamento dos sistemas políticos na sua estreita relação com o processo de socialização política. A interpretação de Almond e Verba entende a cultura política em termos de espaço nacional, com claras implicações etnocêntricas. Berstein toma como ponto de partida a contribuição norte-americana, mas, ao contrário dos teóricos estadunidenses, formula outras concepções de cultura política, tomando por base duas críticas principais à interpretação original estadunidense: em primeiro lugar, rejeita as implicações etnocêntricas da interpretação anterior, que supunham haver uma meta a ser alcançada na corrida para a democracia, e, em segundo lugar, entende ser inadequada a perspectiva nacional, tida como excessivamente generalista ao atribuir a todo um povo as características de uma mesma cultura política.

Almond e Verba criaram uma complexa tipologia para enquadrar as diferentes formas de cultura política, mas que ao final se resumia a um esquema de três tipos básicos: *cultura política paroquial*, típica da estrutura política tradicional, quando os papéis que compõem o sistema político são devidamente demarcados e os indivíduos e grupos não detêm o alcance

¹⁴ BERTEIN, Serge. Les Cultures Politiques em France. Paris: Seuil, 1999. p. 9. In: DUTRA. op. cit. p.24

da sua inserção no sistema; *cultura política da sujeição*, própria de estados autoritários, caracterizada pela passividade perante as decisões emanadas do sistema e pela aceitação da impossibilidade de nele intervir e, por fim, *cultura política participativa*, também chamada de *cultura cívica*, relativa a um sistema do tipo liberal-democrático, marcada pela postura participante e ativa de indivíduos e grupos no sistema político. Fica implícita na teorização de Almond e Verba a superioridade da cultura política cívica (ou democrática), considerada etapa superior e referência a ser seguida pelos povos ainda presos a formas “atrasadas” de organização política, pois a combinação com estruturas políticas democráticas dava origem à cultura cívica.

Por sua vez, o historiador francês prefere enfatizar as diferenças existentes dentro de um mesmo espaço nacional, a partir de um olhar que privilegia a “pluralidade das culturas políticas”. Assim, ao invés de procurar por uma cultura política específica de cada povo, ou tentar enquadrar as diversas experiências nacionais na tipologia de Almond e Verba, Serge Berstein busca identificar as diferentes culturas políticas que integram e disputam um mesmo espaço nacional. Aparentemente, Berstein não distingue cultura política e família política, que parecem representar o mesmo fenômeno. As famílias podem ser a família socialista, a republicana, a comunista, a centrista, entre outras.

Entretanto, o esquema teórico proposto por Almond e Verba não era tão simplório tal como se supõe, pois eles apontavam a complexidade do fenômeno e a presença de situações híbridas, ou seja, sociedades em que vigoravam simultaneamente dois ou mesmo os três tipos de culturas políticas. Exatamente por isso, propuseram o termo sub-cultura política, para enquadrar casos em que mais de uma cultura política convivia no mesmo espaço. A maior ou menor compatibilidade ou congruência entre as culturas políticas e os respectivos sistemas foram trabalhadas, no interior dessas correntes, através de conceitos como os de adesão,

apatia e alienação. Berstein também relativiza a aplicabilidade do conceito ao falar de um processo de aproximação entre as culturas políticas na direção de consensos nacionais, e também, ao empregar o termo sub-culturas, pois implicitamente está sendo admitida a existência de uma cultura política nacional, ou seja, o historiador francês aceita tanto a versão no singular (cultura política nacional) quanto a versão no plural (culturas políticas disputando e tentando ocupar o mesmo espaço).

Dessa forma, conclui-se que o entendimento de culturas políticas, tanto o norte-americano de Almond e Verba, quanto o francês de Serge Berstein possuem pontos de atrito, mas também de convergência. Almond e Verba foram originais na elaboração do conceito, escrevendo ainda na década de 1960. Por sua vez, Berstein já pode recorrer a vários teóricos que, ao longo dos trinta anos que separam essas duas “escolas”, se dedicaram a aprimorar o conceito de culturas políticas. Como já mencionado, este conceito ainda está em construção e, por consequência, as duas correntes ainda apresentam elementos importantes para a compreensão das culturas políticas.¹⁵

Entretanto, para este trabalho será privilegiada a perspectiva de Serge Berstein¹⁶, pois o autor assinala que, ao trabalhar com culturas políticas o historiador deve pretender, além de esclarecer as motivações do político, buscar respostas que expliquem o “paradoxo do ato político”. Pois este se refere, ao mesmo tempo, ao indivíduo que age independentemente e ao grupo inteiro que compartilha a mesma visão de mundo e age no mesmo sentido. Por isso, a necessidade de se analisar a trajetória política de Graciliano Ramos e também do conjunto de intelectuais ao qual ele pertencia, já que este estudo permitirá perceber tanto suas ações políticas individuais, quanto suas ações coletivas. Além de identificar as manifestações de

¹⁵ MOTTA. op. cit. e DUTRA. op. cit.

¹⁶ BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília et al. *Cultura Política, Memória e Historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 29-46.

ideias e a difusão das concepções políticas destes intelectuais que, no caso, acredita-se, expressavam uma cultura política comunista.

A busca das relações entre esses intelectuais e o PCB no período indicado, se processou a partir da compreensão do posicionamento destes indivíduos dentro da engrenagem partidária, bem como a partir de seus papéis como intelectuais atuantes em várias esferas da vida nacional. Para localizar com mais propriedade essas atuações, torna-se necessária uma reflexão sobre alguns conceitos fundamentais.

A utilização de alguns conceitos e algumas interpretações foi imprescindível para a elaboração deste trabalho. Conceitos desenvolvidos por Edward W. Said¹⁷ e Jean-François Sirinelli¹⁸ foram úteis para examinar a dinâmica das relações pessoais estabelecidas neste grupo e perceber como elas foram permeadas pela cultura política comunista. Igualmente, textos da nova história política foram fundamentais para fornecer o aporte teórico-metodológico necessário para mobilizar o conceito de culturas políticas. Ademais, os estudos sobre a inserção do comunismo no Brasil, o desenvolvimento dos movimentos de esquerda e, principalmente, a história do PCB, colaboraram para a compreensão das relações estabelecidas entre os intelectuais e o partido.

Sendo assim, a questão que norteará este trabalho refere-se à rede de sociabilidade intelectual que será delineada a partir deste estudo. No caso, é oportuno perguntar qual foi a ascendência da cultura política comunista neste grupo de intelectuais e de que maneira ela se processou na formação de uma *intelligentsia* nacional ligada às esquerdas, bem como questionar a influência do partido nesta sociabilidade intelectual.

¹⁷ SAID, Edward W.. *Representações do Intelectual: as Conferências Reich de 1993*. Tradução de Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

¹⁸ SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René. (org.) *Por uma História Política*. Tradução de Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-269.

A partir das pesquisas realizadas, chegou-se a uma estrutura de escrita que procurou dar forma às informações reunidas. Este trabalho dividiu-se em dois capítulos – para além desta introdução e das considerações finais – que abrangem várias facetas de um mesmo problema: os limites e interpretações entre a produção intelectual e a militância política no Partido Comunista do Brasil, a partir do estudo da trajetória de Graciliano Ramos, atrelada à rede de sociabilidade intelectual formada por Jorge Amado, Rachel de Queiroz, Cândido Portinari e Nelson Werneck Sodré.

O primeiro capítulo é dedicado ao estudo da história do Partido Comunista do Brasil nas décadas de 1930 e 1950. Neste capítulo é feita uma reflexão sobre a relação do partido com a produção cultural no período, privilegiando principalmente a literatura e as artes plásticas. O segundo capítulo propõe a análise de algumas cartas de Graciliano Ramos. Para isso serão abordadas as interpretações acerca do conceito de intelectual. Por fim, serão feitas breves considerações finais.

CAPÍTULO I

O PCB, OS INTELECTUAIS E A CULTURA NO BRASIL

A relação estabelecida entre o Partido Comunista e os intelectuais brasileiros nas décadas de 1930 e 1940 configurou um paradigma cultural que, segundo Antônio Albino Canelas Rubin¹⁹, é possível designar como uma “cultura de partido”. Esta “cultura” teria a função de organizar as intervenções político-culturais do partido e estaria vinculada, por um lado, a uma “tradição” cultural que seria reivindicada, assumida e posteriormente incorporada pelos novos militantes, mas, por outro lado, também estaria ligada a um conjunto de critérios político-culturais e estéticos de valoração e seleção dos materiais culturais e artísticos presentes no cotidiano da sociedade e que, quando julgados pertinentes pelo PCB, seriam estimulados e desenvolvidos em suas políticas e ações culturais.

Entretanto, o autor aponta que este modelo de “cultura de partido” pode, em vários aspectos, incorrer em um desequilíbrio. Um deles seria que o cunho político acabaria sendo mais privilegiado que o cultural ou artístico. O autor também acabaria sendo mais importante do que a obra em si, assim como o conteúdo teria maior valor em detrimento da forma, que, em uma relação de subordinação, só importaria caso facilitasse a apreensão do conteúdo. A criatividade autoral, a qualidade artística e cultural deste material, as relações entre forma e conteúdo, entre outros fatores, deixaram de prevalecer, dando lugar às exigências político-ideológicas, mesmo que não formuladas em moldes e limites estreitos ou sectários.

¹⁹ RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil*. In: MORAES, João Quartim de. (org.) *História do marxismo no Brasil*. v. 3 - Teorias e Interpretações. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1998. p.305-382

Assim, o modelo de cultura e arte construído historicamente pelo PCB foi marcado por uma maior relevância do autor, em relação à qualidade da obra produzida, com um conteúdo mais voltado para os problemas contemporâneos e locais, bem como uma exigência estética que privilegiava o caráter mais realista, como também este modelo foi caracterizado pelo engajamento dos artistas e intelectuais nas lutas político-sociais de sua época e uma maior atenção com o povo e os aspectos de sua vida e cultura.

Dessa forma, as décadas de 1930 e 1940 foram emblemáticas na conformação desse paradigma cultural que definiu uma cultura partidária em sintonia com a modernidade brasileira, principalmente em relação a seus aspectos culturais e artísticos. Este período foi um momento de convergência entre partido e cultura. A literatura de realismo social, as artes plásticas de cunho social e as pinturas figurativas são exemplares dessa “cultura partidária” que se formava no Brasil nesta época.

A partir de 1930 passa a haver uma disputa sobre qual regionalismo daria base à melhor sociedade brasileira. O regionalismo nordestino disputa neste período com o regionalismo paulista de Cassiano Ricardo e com o mito da mineiridade, representado por Alceu Amoroso Lima. No confronto entre regionalismos parece ser vitoriosa a variante nordestina na valorização do homem miscigenado. Gilberto Freyre e o movimento/manifesto regionalista de 1926 defendem que o regional nordestino constitui a matriz básica da organização social em todo o Brasil. As literaturas regionais, por exemplo, principalmente o chamado “romance do Nordeste” ou “romance social”, herdeiro do movimento modernista ocorrido na década de 1920 no Nordeste, transforma-se em literatura nacional na década de 1930. Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, Jorge Amado e José Lins do Rego representam uma geração de escritores nordestinos que valoriza o regional, cujos textos valorizam o

homem do interior, o sertanejo, os problemas sociais, a seca, a fome, a religiosidade, privilegiando, na maioria das vezes, os tipos populares.²⁰

Por outro lado, nesse momento já se havia iniciado na União Soviética o período chamado stalinista. No início de 1929 a Internacional Comunista, por uma resolução de seu VI Congresso realizado em julho de 1928, voltou sua atenção para a América Latina. Para ajustar as resoluções do VI Congresso à região, realizou-se em Buenos Aires a Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina e Caribe, de 1º a 12 junho de 1929, que traçou novos rumos para os comunistas da América Latina. A IC reafirmava o caráter de país semicolonial do Brasil, condenava qualquer aproximação com as forças de pequena burguesia e pregava o fortalecimento bolchevique dos partidos, através de uma política de proletarianização de seus quadros.²¹

Salienta-se também que, de acordo com Marly de Almeida Gomes Vianna²², se a interferência da IC na vida do PCB só foi direta no período da “proletarianização”, ou seja, entre o final de 1929 e meados 1932, a influência teórica e ideológica marcou profundamente o partido, em especial pelo “marxismo canhestro”²³, que passou a vigorar após a morte de Lênin e principalmente depois do VI Congresso. Segundo a autora, foi esse “marxismo” que dominou o pensamento do partido quando recomeçou sua reestruturação em meados de 1933.

²⁰ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In: FERREIRA, Jorge. e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (org.) *O tempo do estado-estadismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. (O Brasil Republicano; v. 2.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 323-349.

²¹ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. O PCB: 1929-43. In: FERREIRA, Jorge. e REIS, Daniel Aarão. (org.) *A formação das tradições (1889-1945)*. (As esquerdas no Brasil; v.1) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.331-363.

²² Idem. *Ibidem*.

²³ A autora se vale das concepções de Franz Marek que, segundo ela, atribui a este marxismo uma vertente stalinista. De acordo com Vianna, esse marxismo que vigorou no país era “uma vulgata dogmática, mecanicista e eivada de subjetivismo”.

No Brasil, a década de 1930, apesar de se iniciar sob forte repressão ao PCB, vai aos poucos desenvolvendo um clima cultural propício à divulgação de livros marxistas, de textos sobre a União Soviética e sobre a “realidade brasileira”, na forma de uma ensaística ou de uma literatura social. Para Rubim, contribuem para este clima: a atenção despertada sobre a “realidade brasileira” por movimentos anteriores a 1930 e pela própria “Revolução de 1930”, a repercussão, mesmo que tardia, da Revolução Soviética e sua imagem de consolidação sob Stálin e a III Internacional, bem como pela ideologização da cultura e dos intelectuais, com respectiva polarização política esquerda/direita, que ocorreu tanto internacionalmente quanto no Brasil.²⁴

O PCB e a “Geração de 30” da literatura brasileira estiveram historicamente imbricados, principalmente por dois aspectos. O primeiro, devido ao fato de que alguns dos autores mais destacados deste momento literário terminaram aderindo ao Partido ainda na década de 1930, tais como Jorge Amado, Graciliano Ramos, Dionélio Machado, Rachel de Queiroz e Rubem Braga. O segundo componente, responsável pela relação entre esta literatura e a “cultura de partido” do PCB, está vinculado ao fato de que a forma e principalmente o conteúdo que compõem este tipo de literatura identificaram-se perfeitamente com as concepções político-culturais do partido e de que esses elementos tonaram-se inclusive referenciais exigidos e buscados nas obras culturais.²⁵

Segundo Lúcia Lippi Oliveira²⁶, a partir dos anos 1930, em várias cidades brasileiras, houve intenso florescimento cultural com crescimento em número e qualidade de revistas, editoras, literatos e artistas plásticos. Devido também à efervescência do momento político, vários intelectuais aproveitaram as circunstâncias e tentaram contribuir para a reconstrução

²⁴ RUBIM. op. cit.

²⁵ Idem. Ibidem.

²⁶ OLIVEIRA. op. cit.

nacional escrevendo livros nos quais apresentavam diagnósticos e projetos para “salvar” o Brasil.

Estes “retratos do Brasil” que foram produzidos naquela época procuraram diagnosticar os problemas nacionais e apresentar as soluções para saná-los. Isso pode ser constatado pelo crescimento da publicação de livros e coleções visando conhecer e recuperar o que já se conhecia do Brasil e também abarcar as novas perspectivas para o país.

A preocupação com a incansavelmente referida “realidade brasileira” não ficou restrita à literatura social desta “Geração de 30”. Ela talvez tenha sido a expressão privilegiada de um movimento maior de revisitar o país, configurado em vários “retratos do Brasil”. Ensaios fundadores do pensamento social brasileiro foram elaborados nos anos 30, inaugurando uma linha de “estudos brasileiros”. *A evolução política do Brasil* de Caio Prado Jr., lançada em 1933, pode, inclusive, ser considerada a primeira interpretação consistente do Brasil com inspiração no marxismo.²⁷

Autores, editores e público leitor estabelecem uma relação de co-dependência. Os novos escritores passam a contar com uma nova camada de leitores que se interessa em ler, por exemplo, sobre a decadência da velha aristocracia rural, tal como apresentada nos romances do “ciclo da cana-de-açúcar” de José Lins do Rego. Isso resulta em um sistema que até então não havia no Brasil, ou seja, um mercado consumidor voltado para o consumo de livros.²⁸

Na década de 1930, como já foi ressaltado, configura-se um público leitor e um mercado de livros no país. Esta crescente atividade editorial está atrelada, em suas diferentes expressões, à politização e ao clima cultural da época. No campo literário há todo um

²⁷ RUBIM. op. cit.

²⁸ OLIVEIRA. op. cit.

incentivo à publicação da literatura social produzida internacionalmente, em que destacam-se autores como Górkí, Michael Gold, Tostói, Fédor Gladkov, Dostoievski, Jack London, John Reed, André Malraux, Solokov, Serafimovitch etc. A literatura social brasileira também tem como expoentes, além dos autores comunistas já consagrados, como Oswald de Andrade e Patrícia Galvão-Pagu, uma nova geração de escritores “regionalistas” como Jorge Amado, Rachel de Queiroz, José Américo, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Dionélio Machado, Agbar Bastos, Armando Fontes, Lauro Palhano, Edgar Carvalho, Nestor Duarte, Chagas Ribeiro, Jáder de Carvalho, entre outros.²⁹

Deve-se salientar, entretanto, que a possibilidade dos intelectuais contribuírem para a salvação nacional dependia do tamanho do público leitor e da dinâmica do movimento editorial. Desta forma, o impacto da crise mundial de 1929, com a deterioração do câmbio, influenciou positivamente sobre a indústria editorial, tornando os livros brasileiros competitivos diante dos importados.³⁰

Casas importadoras, como a Garroux de São Paulo, deixam de existir, enquanto a Companhia Editora Nacional, por exemplo, aumentava sua tiragem de 350 mil para dois milhões de exemplares, entre 1931 e 1937. A Livraria Globo, de Porto Alegre, tornou-se uma editora de reputação nacional, traduzindo literatura inglesa. Uma pequena editora pertencente a Augusto Frederico Schmidt, criada em 1930, foi responsável pela publicação de vários livros e pelo lançamento de diversos autores. Entre suas publicações estão: *João Miguel*, de Rachel de Queiroz, em 1932; *Caétes*, primeiro livro de Graciliano Ramos, publicado em 1933 e *Casa-grande & Senzala* de Gilberto Freire, editado em 1933. Essa mesma editora publicou uma série de livros sobre o momento de 1930, conhecida sob o nome de Coleção Azul, onde

²⁹ RUBIM. op. cit.

³⁰ OLIVEIRA. op. cit.

se destacam *Outubro de 1930*, de Virgílio de Melo Franco; *Alberto Torres e o tema de nossa geração*, de Cândido Mota Filho; *O sentido do tenentismo*, de Virgílio Santa Rosa e *Brasil errado*, de Martins de Almeida. Da mesma forma, a pequena editora Ariel, de propriedade de Gastão Cruls e Agripino Grieco, foi importante na década de 1930, pois foi responsável pelas publicações de *Cacau e Suor*, de Jorge Amado; *São Bernardo*, de Graciliano Ramos e *Doidinho*, de José Lins do Rego. Mas, principalmente, essa editora era responsável pelo *Boletim de Ariel*, no qual o crítico Agripino Grieco apresentava e avaliava o que estava sendo produzido no mundo literário da capital.³¹

A Editora José Olympio foi outra editora que se consolidou no cenário nacional neste período, pois soube compreender como a revolução e a presença de uma nova classe média, interessada no país e em seus problemas, criavam um mercado novo para a publicação de livros. A José Olympio fez a opção de publicar literatura nacional e foi seu proprietário quem nomeou a obra de José Lins do Rego de “ciclo da cana-de-açúcar”. Em um momento de instabilidade política e crise financeira, a José Olympio criou uma situação inédita no país, que incentivou os escritores a migrarem para ela. Isso, porque, durante a Revolução Constitucionalista de 1932 a José Olympio, numa tentativa de sobrevivência à crise nos negócios, se ofereceu para publicar a segunda edição de *Menino de Engenho e Bangüê* de José Lins do Rego e pagou direitos autorais antecipados, algo nunca antes praticado.³²

Em 1934 a editora muda-se de São Paulo para o Rio de Janeiro, na intenção de ficar próxima aos autores nordestinos que ali viviam e também do poder central. Com isso, veio a se tornar a maior editora nacional, publicando todos os escritores importantes da época, à exceção de Érico Veríssimo, que continuou sendo publicado pela Editora Globo. Vários

³¹ Idem. Ibidem.

³² Idem. Ibidem.

autores deixaram suas antigas editoras e foram para a José Olympio, onde passaram a desfrutar da consagração que a editora conferia. Em 1935, edita *Jubiabá*, de Jorge Amado, e o sucesso alcançado pelo livro propiciou a reedição de todos os romances anteriores do autor sob o título de “Romances da Bahia”. Jorge Amado, além de autor da casa, também trabalhou na editora, entre 1934 e 1936, como gerente de propaganda. Em 1938 saiu a primeira edição de *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, por essa editora. Para dimensionar o prestígio da editora pode-se mencionar que, em 1939, todos os principais prêmios literários do Brasil foram ganhos por autores publicados pela José Olympio.³³

Vale ressaltar que a José Olympio publicou Plínio Salgado e Jorge Amado, Nelson Werneck Sodré e Luís da Câmara Cascudo, Gilberto Freyre e Graciliano Ramos. De acordo com Lúcia Lippi Oliveira³⁴, a editora trouxe para si autores já consagrados e abriu espaço para sucessos de autores até então desconhecidos. A editora se tornou um ponto de encontro de artistas e escritores famosos e também de escritoras, como Lucia Miguel Pereira, Rachel de Queiroz, Adalgisa Nery e Eneida de Moraes.

A década de 1930 também foi marcada pela convergência entre os comunistas e as artes plásticas no país, a exemplo do que aconteceu com a literatura e outros segmentos da cultura e da intelectualidade. Segundo Rubim, nos anos 30, as artes plásticas se modernizaram acentuadamente, dando continuidade ao ciclo iniciado pela Semana de Arte Moderna de 1922, com Anita Malfati, Tarsila do Amaral, Di Cavalcanti etc. Depois de superarem o academicismo, os artistas plásticos passaram a se dedicar a uma temática social, o que culminou em um campo de interesse comum entre partido e artistas plásticos. Vários artistas

³³ Idem. Ibidem.

³⁴ Idem. Ibidem

tornam-se simpáticos e outros acabaram por aderir ao PCB, cujo “programa” para este campo artístico, no momento, dialogava com aquele esboçado pelos próprios artistas.³⁵

Vários elementos demonstram essa confluência de interesses entre as artes plásticas e o PCB. Entre os exemplos dessa conjunção na primeira metade da década, estão: a visita e exposição de Tarsila do Amaral na URSS, em 1931; a exposição de seus trabalhos, entre eles, *Operários* e *Segunda Classe*, no Rio de Janeiro, em 1933; a palestra sobre “Arte proletária na URSS” que ela realiza naquele ano no Clube dos Artistas Modernos – CAM, de Flávio de Carvalho. Pode-se citar também em 1933 a exposição dos trabalhos de Kaethe Kollwitz, igualmente realizada no CAM, e a palestra do pintor comunista Alfaro Siqueiro sobre muralismo no México que, juntamente com o realismo social americano vinculado ao Partido Comunista Americano, representavam as grandes inspirações estéticas da arte social brasileira.³⁶

O ano de 1935 foi emblemático para a compreensão da simbiose entre as artes plásticas e a “cultura de partido” do PCB. Neste ano foi organizada pelo Clube de Cultura Moderna no Rio de Janeiro, vinculado à Aliança Nacional Libertadora – ANL, a Mostra de Arte Social. A exposição de mais de 170 desenhos e pinturas de tendência social reuniu trabalhos de Cândido Portinari, Oswaldo Goeldi, Lasar Segall, Di Cavalcanti, Santa Rosa, Paulo Werneck, Ismael Nery, Carlos Leão, Noêmia Mourão, J. Barbosa, Waldemar da Costa, Guignard, Orlando Teruz, Cícero Dias, Hugo Adami, Toledo, Alcides Rocha Miranda entre outros.³⁷

³⁵ RUBIM. op. cit.

³⁶ Idem. Ibidem.

³⁷ Idem. Ibidem.

A imprensa e a atividade editorial também se constituíram como verdadeiros aparatos para a inserção dos artistas plásticos no trabalho partidário. Como colaboradores ou profissionalizados, eles assumiram a tarefa de ilustrar jornais, revistas, folhetos, livros e outros materiais publicados pelo PCB.³⁸

Por outro lado, paralelamente a este cenário próspero do mercado editorial brasileiro e das artes plásticas, a década de 1930 foi assolada por diversos conflitos políticos no país, a começar pela “Revolução de 1930”, seguida pela “Revolução Constitucionalista de 1932”, pela “Intentona Comunista” de 1935 e pela instauração do Estado Novo em 1937. No caso da “Intentona Comunista”, por exemplo, as conseqüências negativas desse levante refletiram diretamente na vida intelectual e cultural do país.

Segundo Vianna³⁹, as insurreições que ocorreram de 23 a 27 de novembro de 1935, em Natal, no Recife e no Rio de Janeiro obedeceram às tradições de lutas armadas da sociedade brasileira, que vinham ocorrendo no país desde 1922. A plataforma do movimento, independentemente de ser comunista ou nacional-libertadora, escolheu um caminho inadequado para alcançar suas reivindicações, dada a ausência de forças sociais e grupos armados, organizados e dispostos à luta. Nesse sentido, foi um grave erro de avaliação política, pelo qual os comunistas pagaram muito caro. A derrota dos movimentos representou um sério golpe para o PCB, que caiu na ilegalidade e passou a sofrer perseguições e prisões, já em dezembro de 1935, tanto da direção partidária quanto dos filiados e simpatizantes.

A censura, que atingia predominantemente os jornais, chegou em 1935-1936 às editoras e a José Olympio teve muitos livros apreendidos, pois entre suas publicações estavam obras tanto de comunistas quanto de integralistas. A Comissão Nacional de Repressão ao

³⁸ Idem. Ibidem.

³⁹ VIANNA. op. cit.

Comunismo, sob coordenação do ministro da Justiça Vicente Rao, atuou na repressão e prendeu diversos autores da casa: Jorge Amado, Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, assim como o principal ilustrador das obras da editora, Tomás Santa Rosa. Outros autores e artistas, como José Lins do Rego, Oscar Niemeyer, Cândido Portinari e até mesmo o biógrafo de Vargas, André Carrazoni, também sofreram perseguições, mas não chegaram a ser presos.⁴⁰

Entretanto, já próximo ao final do Estado Novo, a situação do PCB se abrandava e é possível retomar os trabalhos do partido na legalidade. De tal modo que, em 1945, é possível organizar uma exposição intitulada “Artistas Plásticos do Partido Comunista do Brasil”, da qual participam: Portinari, Pancetti, Roberto Burle-Marx, Santa Rosa, Quirino Campofiorito, Haroldo Barros, Bonadei, Oswaldo de Andrade Filho, Singaud, Bruno Giorgi, Mário Zanini, Augusto Rodrigues, entre outros. Com a legalidade, os artistas próximos ao partido são convocados a intervir em mostras coletivas; exposições individuais; campanhas de finanças; decoração dos locais dos comícios, como os de Prestes acontecidos naqueles anos em estádios de futebol; produção de materiais visuais, como cartazes e até na pintura de uma santa padroeira, realizada por Portinari, para uma igreja construída pelos comunistas gaúchos.⁴¹

O PCB revelava força política e eleitoral significativa após o final do Estado Novo, como se pode comprovar pela bancada que elegeu para compor a Assembléia Constituinte de 1946 (14 deputados e um senador). Mas sua plataforma era então bastante moderada, no contexto de democratização e do fim da Segunda Guerra Mundial.

Porém, mais uma vez, em maio de 1947, o partido retornou à ilegalidade por uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral, que cassou seu registro alegando que não se tratava de um partido nacional como exigia a Constituição. O partido foi obrigado então a voltar à

⁴⁰ OLIVEIRA. op. cit.

⁴¹ RUBIM. op. cit.

clandestinidade, num contexto internacional em que começava a Guerra Fria. Por isso, o PCB passou a se opor ao governo Dutra, classificando-o como de traição nacional e subserviente ao imperialismo norte-americano.

Mesmo na clandestinidade, em 1950, a direção do partido lançou o *Manifesto de Agosto*, que propunha a constituição de uma Frente Democrática de Libertação Nacional e a constituição de “um governo democrático e popular”, que deveria se opor ao imperialismo estadunidense e buscar a paz no contexto internacional da Guerra Fria. Pretendia também a melhora nas condições de vida do povo, incluindo uma reforma agrária, a constituição de um exército popular de libertação nacional, entre outras medidas. O PCB apostava também na possibilidade de criar um sindicato autônomo, paralelo ao oficial – posição rapidamente superada por uma resolução de junho de 1952, precursora de uma série de mudanças que culminariam na virada política do partido no fim da década.⁴²

Segundo Marcelo Ridenti⁴³, de 1949 à primeira metade dos anos 1950, o PCB perderia muito da influência e inserção social que tivera no período imediatamente anterior, seja pela condição de ilegalidade, seja pela nova política adotada, considerada esquerdista e sectária pelos críticos que, mais tarde, viriam a tonar-se maioria no partido, seja pela dificuldade de implementar na prática as diretrizes propostas, entre outros fatores.

Tanto é que, segundo Rubim⁴⁴, o mais significativo e controverso investimento do Partido nas artes plásticas foi, de longe, o estímulo à organização de clubes de gravuras em diversas cidades brasileiras no início dos anos 50, como espaços privilegiados de luta na

⁴² VIANNA. op. cit.

⁴³ RIDENTI, Marcelo. Artistas e intelectuais comunistas no auge da Guerra Fria. In: _____. *Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p.57-83.

⁴⁴ RUBIM. op. cit.

“frente ideológica” no campo das artes, isto na época da *blitz* do Stalinismo e realismo socialista.

No início dos anos 50, a decisão do PCB de privilegiar uma arte não só social, mas figurativa e ferrenhamente militante, distancia ainda mais o partido de parte significativa das artes plásticas no Brasil, cada vez mais direcionadas e influenciadas pelo abstracionismo e pelas bienais paulistas desta década, em que a arte abstrata firmava-se como a estética de maior repercussão. De tal forma que, mesmo o esforço do PCB no sentido de organizar entidades e lutas específicas dos artistas plásticos naqueles anos não teve a força para evitar ou mesmo reverter o afastamento. A linha adotada pelo partido, que, entre as décadas de 1930 e 1940, apresentava um sentido convergente com a renovação formal ensejada principalmente pela literatura e pintura, não soube se adequar às novas pesquisas e experimentações formais naquele momento de pós-guerra e certa abertura estética.

De fato, o rompimento que ocorreu no final dos anos 40 e se concretizou no início da década de 1950, com o partido sob hegemonia do realismo socialista em sua versão stalinista-jdanovista, não decorre única e exclusivamente da imposição dessa orientação estética, mas também da própria alteração no sentido das artes modernas no Brasil após a Segunda Grande Guerra. Com o romance social em declínio desponta uma geração significativa de poetas, cujas obras não sugerem uma preocupação social explícita; a década de 1950 é território da experimentação e do trabalho formal dos poetas concretistas e, na pintura, o abstracionismo se torna a arte de vanguarda cada vez mais produzida e difundida, em especial com as Bienais.

Mas também, de acordo com o autor, a pesquisa formal, as vanguardas e a cultura “burguesa” cosmopolita foram constantemente criticadas pelo PCB, e conseqüentemente também a arte e a literatura brasileira contemporâneas. O surrealismo, o abstracionismo e

outras experimentações da pintura moderna, assim como, o subjetivismo e o intimismo na literatura, foram duramente atacados pelo partido. Dessa maneira, a cisão ente o Partido Comunista do Brasil e a arte/literatura produzida no país nos anos 50 foi inevitável e a divulgação do Relatório Krushev, em 1956, selou este divórcio.

CAPÍTULO II

A POLÍTICA E AS CARTAS DE GRACILIANO RAMOS

Graciliano Ramos foi um dos intelectuais mais peculiares de seu tempo. Nascido em Quebrangulo, no interior de Alagoas, viveu a maior parte de sua vida no anonimato. Diferentemente dos outros autores da “Geração de 30”, seu primeiro livro foi lançado quando o escritor já tinha quarenta e um anos de idade. A princípio, o escritor não demonstrava nenhum interesse por política, de tal forma que, os eventos políticos que se sucederam ao longo das décadas de 1930 e 1940 aparentemente pouco importavam para ele. Mesmo quando, a convite de Prestes, filiou-se ao PCB, demonstrava certo descrédito ao interesse do partido pela sua pessoa. Não acreditava que pudesse contribuir politicamente para as causas do partido. Porém, se, de acordo com Nelson Pereira dos Santos, eram poucos os intelectuais brasileiros daquelas décadas que liam Karl Marx, é sabido que Graciliano Ramos havia lido Marx ainda em sua juventude. Figura de respeito, o autor gozou sempre de certa autonomia. Segundo sua amiga, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos era um dos poucos autores daquele período que não se submetia ao crivo de Aurélio Buarque de Holanda. Também, de acordo com Jorge Amado, o autor não aceitava a interferência do partido em obra e nunca se sujeitou aos ditames do programa jdanovista. Apesar de sua obra não ser completamente adequada à “cultura de partido” pretendida pelo PCB, Graciliano Ramos nunca sofreu represálias, pois, independentemente do partido reclamar por um cunho mais militante em sua produção literária, Graciliano Ramos continuou, segundo ele, a fazer o que sabia fazer. Mesmo perto da morte, como conta Nelson Werneck Sodré, o escritor demonstrava uma determinação incrível em relatar suas memórias do período em que esteve preso, em 1936, acusado de comunismo.

Conforme Sodré, o testemunho de Graciliano Ramos assegurava o registro de um dos períodos mais dramáticos da história do comunismo no país. O livro *Memórias do Cárcere* não chegou a ser concluído, infelizmente Graciliano Ramos faleceu antes de terminá-lo. Mas, nove dias antes de falecer, o escritor que, no início da década de 1930 em suas cartas para a esposa, Heloisa de Medeiros Ramos, se dizia alheio ao cenário político da época, chorou a morte do líder comunista Josef Stalin.⁴⁵

A proposta deste capítulo é apresentar um estudo de algumas cartas de Graciliano Ramos. Nesse sentido, salienta-se que a possibilidade de cruzamento de dados advindos destas fontes respeitou sua diversidade. Deve-se considerar também que o estudo dessas correspondências revelou possíveis discordâncias entre o pensamento e ações do escritor enquanto figura pública, especialmente no exercício de sua militância partidária e na sua produção literária.

As cartas representam uma fonte singular para a compreensão das relações interpessoais, pois aproximam pessoas distantes fisicamente e, com isso, permitem que essas mesmas pessoas compartilhem ideias, reminiscências, construam projetos futuros, demonstrem afetividade ou repúdio, expressem opiniões e criem consensos ou divergências. Por meio da documentação epistolar, é possível acessar a intimidade de um grupo, pois dela emerge uma sociabilidade que lhe é única, correspondente a um espaço que é, ao mesmo tempo, delimitado pela convivência e também determinante para a sua vitalidade.⁴⁶ Ao trabalharmos com cartas, estamos diante de uma relação pessoal e particular. O discurso obedece, na maioria das vezes, apenas às conveniências da confiança e da amizade.

⁴⁵ MORAES. op. cit.

⁴⁶ VENANCIO, Giselle Martins. Cartas de Lobato a Vianna: uma memória epistolar silenciada pela história. In: GOMES, Angela de Castro. (org.) *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 111-137.

Difícilmente o destinatário prevê a importância de tais documentos para a posteridade. As cartas são preservadas por simbolizarem uma manifestação de um ente querido, a sua conservação significa um pacto afetivo entre missivistas.⁴⁷

Entretanto, segundo Angela de Castro Gomes⁴⁸, o campo de estudo historiográfico brasileiro ainda carece de um maior volume de pesquisas dedicadas à análise da “escrita de si”, que abrange os diários, correspondências, biografias e autobiografias. Pois, os raros casos que examinam esta escrita auto-referencial advêm das áreas de literatura e história da educação. Esta possível negligência é, de acordo com a autora, compreensível já que apesar de ser constantemente usada como fonte documental, somente há pouco tempo passou a ser considerada como fonte privilegiada e, principalmente, adotada como objeto de investigação histórica.

Ainda de acordo como a historiadora, a “escrita de si” faz parte de um repertório de maneiras de existir no mundo moderno ocidental, que simboliza a produção de si neste todo. Tal prática de escrita refere-se à maneira como o indivíduo moderno forja uma identidade para si através de seus documentos, seja na escrita de si propriamente dita, seja na constituição de uma memória de si. Isso pode ser facilmente constatado, segundo a historiadora, quando percebemos que se passou a vincular o indivíduo moderno a seus documentos. E mesmo que certos hábitos, como escrever uma carta, sejam muito antigos, recebem uma conotação diferente com o surgimento do individualismo moderno.

⁴⁷ LIMA, Sônia Maria van Dijck; JÚNIOR, Nestor Figueiredo. De Gilberto Freyre para José Lins do Rego. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádía Battella. (org.) *Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 241-259.

⁴⁸ GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo In: _____. (org.) *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 7-24.

Vale ressaltar que, tal como apontado por Jacques Le Goff⁴⁹, o documento, enquanto suporte da memória coletiva, está inserido no conjunto formado por outros vestígios do passado, ou seja, monumentos produzidos pela cultura material. O conceito de documento/monumento exige do pesquisador que a crítica do documento seja feita considerando-o como monumento. Um produto da sociedade que o gerou segundo as relações de força que então detinham poder. Por isso mesmo, o documento não é inofensivo, ele é a consequência, tendenciosa ou não, da experiência da sociedade que o fabricou, na intenção de perpetuar uma imagem de si própria para a posteridade. Todo documento é uma montagem, uma construção tanto da época que o produziu, como também das épocas seguintes, porque, às vezes, mesmo esquecido, permanece sendo engendrado pelo silêncio. Portanto, representa, em parte, a sociedade, a época, as circunstâncias que o forjaram e/ou o preteriram.

Leandro Konder⁵⁰ assinala que, assim como existem correspondências trocadas por pessoas comuns, autores que em nenhuma hipótese supunham que um dia elas pudessem ser publicadas, existem também aquelas cartas escritas com certa intencionalidade. É o caso das correspondências de grandes escritores, políticos, personalidades públicas, que, ao escreverem suas missivas, deixam implícito um desejo de que no futuro elas sejam publicadas. Konder também adverte para fato de que as cartas, por exemplo, de um escritor famoso, não devem ser avaliadas no mesmo nível qualitativo que seus livros, mas que, nem por isso, devem ser desconsideradas.

Desse modo, ao se trabalhar com as cartas trocadas por Graciliano Ramos com os outros intelectuais, deve-se inevitavelmente levar em conta esta dupla dimensão do

⁴⁹ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. *História e Memória*. Tradução de Irene Ferreira et al. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. p. 525-541.

⁵⁰ KONDER, Leandro. Para ler cartas. In: _____. *As artes da palavra: elementos para uma poética marxista*. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 51-55

documento/monumento, com o intuito de detectar a intenção do missivista de construir uma memória de si para a posteridade. Tal como pode ser observado, a partir do excerto da carta de Graciliano Ramos enviada a Heloisa Ramos em novembro 1932, na qual ele comenta sobre o processo de escrita de *São Bernardo* e demonstra a expectativa com o futuro livro:

O S. Bernardo está pronto, mas foi escrito quase todo em português, como você viu. Agora está sendo traduzido para brasileiro, um brasileiro encrascado, muito diferente desse que aparece nos livros da gente da cidade, um brasileiro de matuto, com uma quantidade enorme de expressões inéditas, belezas que nem eu mesmo suspeitava que existissem. Além do que eu conhecia, andei a procurar muitas locuções que vou passando para o papel. O velho Sebastião, Otávio, Chico e José Leite me servem de dicionário. O resultado é que a coisa tem períodos absolutamente incompreensíveis para a gente letrada do asfalto e dos cafés. Sendo publicada, servirá muito para a formação, ou antes para a fixação, da língua nacional. Quem sabe se daqui a trezentos anos eu não serei um clássico? Os idiotas que estudarem gramática lerão S. Bernardo, cochilando, e procurarão nos monólogos de seu Paulo Honório exemplos de boa linguagem. Esta aí uma página cheia de S. Bernardo, Ló.⁵¹

Este livro representou para Graciliano Ramos a grande oportunidade de reverter a má impressão deixada por seu primeiro livro, *Caetés*, publicado em 1933, que havia sido considerado excessivamente naturalista e de pouco caráter social. Entretanto, nota-se que *Caetés* fora escrito entre os anos de 1925 e 1928, enquanto *São Bernardo*, que apresenta como temática a denúncia da opressão e dos conflitos sociais, já foi redigido em 1932. Levanta-se então a hipótese de que a inserção do autor nos grupos de intelectuais do Rio de Janeiro e de Maceió e a sua percepção dos eventos políticos ocorridos no país a partir de 1930 o teriam influenciado no momento em que produzia *São Bernardo*. Esta hipótese poderá ser defendida após a análise das cartas, que, espera-se, revelem os fatores definidores dessa transformação, fundamental para o autor se firmar como literato de prestígio e posteriormente militante político.

⁵¹ RAMOS, Graciliano. *Cartas*. Rio de Janeiro: Record, 1982. p.134

É também interessante notar que, para Edward W. Said⁵², a função de representação atribuída ao intelectual é entendida como a aptidão para manifestar publicamente um determinado ponto de vista ou articular uma mensagem diante da sociedade, seja através da escrita ou da fala. Neste caso, o intelectual engajado assume uma causa coletiva e, dessa maneira, passa a representar a si mesmo e a outras pessoas. Sendo que, uma das principais características do intelectual é sua capacidade de trazer à tona questões que estão submersas, de polemizar publicamente o que se tentou esquecer, sempre em defesa de uma causa ou ideia. Em suas próprias palavras, o autor observa que:

Não existe algo como o intelectual privado, pois, a partir do momento em que as palavras são escritas e publicadas, ingressamos no mundo público. Tampouco existe somente um intelectual público, alguém que atua apenas como uma figura de proa, porta-voz ou símbolo de uma causa, movimento ou posição. Há sempre a inflexão pessoal e a sensibilidade de cada indivíduo, que dão sentido ao que está sendo dito ou escrito.⁵³

Dessa forma, interessa aqui pensar quais representações foram assumidas por Graciliano Ramos na defesa de causas e ideias políticas e que podem ser acessadas por meio das cartas, a partir das informações partilhadas entre os missivistas, principalmente as de cunho político. De acordo com René Rémond⁵⁴, a maneira pela qual as pessoas compreendem e exercitam a política coletivamente é tão reveladora de um povo quanto outras manifestações coletivas. O modo como elas vivem a política gera um sentimento de pertencimento, de identificação coletiva. Pois, o político é uma forma de expressão, tal como a arte e a literatura. Como foi dito, a reflexão sistemática sobre a escrita de si pode evidenciar trajetórias individuais, mas, ao trabalhar com cartas, devido à sua característica relacional, também é possível depreender trajetórias coletivas. Logo, é propício discutir a formação das redes de sociabilidade intelectual.

⁵² SAID, Edward W.. op. cit.

⁵³ Idem. Ibidem. p. 26-27

⁵⁴ RÉMOND, René. Do político In: _____ (org.) *Por uma História Política*. Tradução de Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 441-450.

Segundo Jean-François Sirinelli⁵⁵, os intelectuais unem-se em grupos a partir de laços identitários, cujos objetivos e interesses são partilhados por seus integrantes. Essas aproximações seriam motivadas por uma “sensibilidade ideológica ou cultural comum”. Mas também são consideradas outras “afinidades mais difusas” que seriam relativas aos vínculos afetivos, que da mesma forma explicam e determinam os motivos daquela união. Tais alianças representam as estruturas dos microcosmos intelectuais e são percebidas principalmente nos seios das *intelligentsias*. Estas estruturas são nomeadas de “redes” e variam de acordo com o momento histórico e o subgrupo intelectual analisado.

Sirinelli adverte que, embora encontremos em toda microssociedade a atração e a amizade, da mesma forma devemos levar em conta que sentimentos como a hostilidade, a rivalidade, a ruptura, a briga e o rancor também estão presentes no meio intelectual.

Outro aspecto apontado pelo autor, diz respeito às experiências vivenciadas coletivamente pelos intelectuais. Por estarem sujeitos, direta ou indiretamente, aos efeitos do mesmo acontecimento, isso pode acarretar em percepções semelhantes de mundo e, em decorrência disso, os intelectuais se sentem pertencentes a uma mesma geração. Deve-se salientar que o “fenômeno de geração” não necessariamente tem a ver com a idade cronológica dos intelectuais. A noção de contemporaneidade, no caso, seria mais adequada para o estudo da história intelectual, principalmente quando a empregamos no sentido político-ideológico de militância e engajamento. Vale ressaltar também que, pertencer a uma mesma geração não significa responder semelhantemente aos mesmos estímulos. Não há necessidade de consensos diante dos fatos, uma mesma situação histórica pode influir de maneiras distintas no grupo.

⁵⁵ SIRINELLI, Jean-François. op. cit.

Dessa forma, acredita-se que, ao se delinear uma rede de sociabilidade intelectual que envolva o escritor Graciliano Ramos, será possível acessar um interessante conjunto de informações acerca do período analisado e do repertório político da rede descrita.

Marcelo Ridenti⁵⁶, ao trabalhar na chave da *brasilidade revolucionária*, afirma que é a partir dos anos 1930 que se opera de maneira mais significativa a conformação de uma brasilidade, cujo reflexo pode ser percebido no pensamento social brasileiro, nas artes, nas políticas de Estado e também na própria vida cotidiana. Mas o que de fato interessa a Ridenti são os aspectos constitutivos dessa brasilidade, que estariam atrelados às ideias, partidos e movimentos de esquerda e teriam como meio de difusão as obras e movimentos artísticos. Pode-se observar essa relação entre arte e pensamento político-social das esquerdas, a partir da leitura do trecho da carta de Graciliano Ramos para o pintor Cândido Portinari em 18/02/1946:

Dos quadros que você me mostrou quando almocei no Cosme Velho pela última vez, o que mais me comoveu foi aquela mãe com a criança morta. Saí de sua casa com um pensamento horrível: numa sociedade sem classe e sem miséria seria possível fazer-se aquilo? Numa vida tranquila e feliz que espécie de arte surgiria? Chego a pensar que faríamos cromos, anjinhos cor de rosa, e isso me horroriza.⁵⁷

A tela à qual o escritor se refere é possivelmente *Criança Morta* de 1944. O quadro faz parte da série *Retirantes* que retrata a seca, a miséria e a fome do homem nordestino. O tema também já havia sido abordado por Graciliano Ramos, principalmente em *Vidas Secas*, publicado em 1938. É interessante notar que o autor compartilha com o amigo a sua preocupação com o impacto que o socialismo poderia causar nas artes, pois, em 1945, juntamente com uma leva de outras personalidades, os dois haviam se filiado ao PCB. Inclusive, a militância partidária levaria Graciliano Ramos e Cândido Portinari a se

⁵⁶ RIDENTI. op. cit.

⁵⁷ Documento disponível no site: <http://www.graciliano.com.br/manuscritos/cartaCP.html>

candidatarem a Deputado Federal ainda em 1945. Para Ridenti, os partidários e adeptos do PCB contribuíram de maneira significativa para a formação da brasilidade revolucionária.

Exemplo disso é a tentativa de adaptação cinematográfica da obra *São Bernardo* por Nelson Pereira dos Santos. O cineasta, que apesar de não fazer parte da geração dos intelectuais anteriormente citados, sua trajetória nos anos 1940 e 1950 é exemplar da cultura política expressa pelo PCB na época. Formado pelo partido desde a célula estudantil no colégio Roosevelt até a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, o jovem diretor deveria seguir as diretrizes partidárias em seus filmes. Tanto é que, o PCB não aceitou a proposta do cineasta de filmar, à revelia das determinações político-cultuais do partido, o drama dos favelados no Rio de Janeiro em seu primeiro longa-metragem, *Rio, 40 graus*. Mas na época em que ainda era assistente de direção, o futuro cineasta buscava um texto que servisse de inspiração para o seu primeiro filme. Sobretudo, devido à sua militância política, queria um roteiro que mostrasse os dramas do homem brasileiro e, em *São Bernardo*, encontrou o realismo que intencionava levar para as telas de cinema. Porém, desejava acrescentar ao texto original uma leitura contemporânea e, para isso, pretendia modificar o final do romance. Sua intenção era manter a personagem Madalena viva e assim criar um desfecho mais otimista para a história.⁵⁸ Em 1942, após uma troca de correspondência, Graciliano Ramos lhe dá um ultimato:

Se quiser fazer o filme, faça como está no meu livro. Você está querendo salvar a Madalena porque vive nos dias de hoje. Na época em que escrevi o romance não era possível existir uma Madalena como a que você quer. As madalenas de então seriam todas assassinadas, se suicidariam. Se você não matar Madalena terá liquidado a situação que eu vivi.⁵⁹

⁵⁸ SALEM, Helena. *Nelson Pereira dos Santos: o sonho possível do cinema*. Rio de Janeiro, Record, 1996.

⁵⁹ BARROS, José Tavares. *A imagem da palavra: texto literário e texto fílmico*. 234 f. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 1990. p.107

A personagem criada por Graciliano Ramos era associada ao comunismo pelo protagonista Paulo Honório, devido aos seus ideais de justiça e à sua bondade humanitária que desestabilizavam a autoridade do latifundiário. O romance *São Bernardo* é considerado por muitos críticos uma obra explicitamente ideológica. O caráter emblemático que lhe é atribuído na literatura brasileira advém do seu conteúdo político. Assim como ele, os “romances de proletariado”, tais com o *Parque Industrial* de Pagu e *Cacau* de Jorge Amado, dominaram a cena literária na década de 1930, pois pretendiam com a arte modificar a estrutura social.

Como já foi dito, é inquestionável a importância de Graciliano Ramos para a literatura brasileira, entretanto a sua atuação política carece ainda do devido reconhecimento, principalmente pela historiografia. Graciliano Ramos não foi somente um dos maiores romancistas da nossa língua, foi também um intelectual engajado politicamente e um escritor que usou a sua arte para denunciar as desigualdades sociais, a fome e a miséria, e que sonhou ser possível mudar o que supunha ser a realidade do povo por meio do socialismo. O estudo de sua documentação epistolar permitirá adentrar a intimidade de um grupo de intelectuais, que, como ele, também almejavam um Brasil diferente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a iniciar uma pesquisa que pretende tratar a documentação epistolar do escritor Graciliano Ramos como fonte/objeto de estudo de interesse historiográfico. Acredita-se que esta documentação representa um meio privilegiado para se compreender os itinerários definidores do engajamento político de Graciliano Ramos em relação ao socialismo. Assim como, espera-se que, ao traçar a rede de sociabilidade intelectual do romancista a partir das suas correspondências com intelectuais como Nelson Werneck Sodré, Cândido Portinari e Rachel de Queiroz, ir-se-á corroborar para a análise da formação de uma *intelligentsia* brasileira de esquerda.

De modo algum este trabalho teve a intenção de oferecer conclusões que encerrem o assunto, pois o objetivo principal foi formular algumas hipóteses que nortearão uma pesquisa futura de mestrado. Graciliano Ramos, além de ser um dos cânones de nossa literatura, foi também uma figura política relevante, mas, ainda pouco explorado pela historiografia ficando restrito aos estudos de interesse literários ou linguísticos.

Com este trabalho não se pretendeu, de forma alguma, escrever uma biografia e muito menos fazer críticas literárias ou artísticas, porém buscou-se compreender algumas possíveis relações estabelecidas entre o PCB e seus militantes intelectuais. Assim como, procurou-se entender as formas diferenciadas das relações entre comprometimento militante e produção artística/literária e as relações recíprocas estabelecidas entre o Partido Comunista Brasileiro e seus intelectuais.

Em um segundo momento, o trabalho pretendeu esboçar uma rede de sociabilidade intelectual e analisar, a partir da documentação primária de Graciliano Ramos, as possíveis

experiências políticas vivenciadas e/ou partilhadas que influenciaram sua produção intelectual e sua trajetória política.

O trabalho apontou algumas relações que a intelectualidade brasileira estabeleceu com o PCB, entre as décadas de 1930 e 1950, e procurou identificar em que medida essas relações podem ser averiguadas nas produções culturais desses intelectuais. Vale ressaltar também que, ao estudar as relações estabelecidas dentro de uma perspectiva política, não houve a intenção de julgar as produções a partir do comprometimento político manifestado pelos intelectuais. Enfim, buscou-se destacar que o PCB desempenhou importante papel na criação intelectual desses indivíduos, mas que eles também contribuíram, em maior ou menor grau, para a divulgação do comunismo no Brasil.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, José Tavares. *A imagem da palavra: texto literário e texto fílmico*. 234 f. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 1990.
- BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília et al. *Cultura Política, Memória e Historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 29-46.
- CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA. São Paulo: Instituto Moreira Sales, 1996-. nº 3, mar. 2007.
- CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA. São Paulo: Instituto Moreira Sales, 1996-. nº 4, set. 2007.
- DUTRA, Eliana. História e Culturas Políticas: definições, usos e genealogia. *Vária História*, Belo Horizonte, n. 28, p. 13-28, 2001.
- FABRIS, Annateresa. *Cândido Portinari*. Coleção Artistas Brasileiros, volume 4, São Paulo: Edusp, 1996.
- GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo In: _____. (org.) *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 7-24.
- GRESPLAN, Jorge Luís da Silva. Nelson Werneck Sodré, intelectual engajado. In: FERREIRA, Jorge. e REIS, Daniel Aarão. (org.) *A formação das tradições (1889-1945)*. (As esquerdas no Brasil; v.2) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.195-236
- KONDER, Leandro. Para ler cartas. In: _____. *As artes da palavra: elementos para uma poética marxista*. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 51-55
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. *História e Memória*. Tradução de Irene Ferreira et al. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. p. 525-541.
- LIMA, Sônia Maria van Dijck; JÚNIOR, Nestor Figueiredo. De Gilberto Freyre para José Lins do Rego. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádía Battella. (org.) *Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 241-259.
- MORAES, Denis. *O velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: José Olimpyo, 1992.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: _____. (org.) *Culturas Políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. p. 13-37

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In: FERREIRA, Jorge. e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (org.) *O tempo do estado-estadismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. (O Brasil Republicano; v. 2.)* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 323-349.

RAMOS, Graciliano. *Cartas*. Rio de Janeiro: Record, 1982.

REIS, José Carlos. Anos 1950: Nelson Werneck Sodré. In: _____. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 9. ed. ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 145-172.

RÉMOND, René. Do político In: _____ (org.) *Por uma História Política*. Tradução de Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 441-450.

RIDENTI, Marcelo. Artistas e intelectuais comunistas no auge da Guerra Fria. In: _____. *Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p.57-83.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil. In: MORAES, João Quartim de. (org.) *História do marxismo no Brasil*. v. 3 - Teorias e Interpretações. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1998. p.305-382

SALEM, Helena. *Nelson Pereira dos Santos: o sonho possível do cinema*. Rio de Janeiro, Record, 1996.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René. (org.) *Por uma História Política*. Tradução de Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-269.

VENANCIO, Giselle Martins. Cartas de Lobato a Vianna: uma memória epistolar silenciada pela história. In: GOMES, Angela de Castro. (org.) *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 111-137.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. O PCB: 1929-43. In: FERREIRA, Jorge. e REIS, Daniel Aarão. (org.) *A formação das tradições (1889-1945)*. (As esquerdas no Brasil; v.1) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.331-363.